

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Neste número

*Informação Bibliográfica
Trabalhos publicados
em 1992-93*

Vol.12
1994

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

As mulheres e o mercado de trabalho: o caso da Itália do Sul e o de Portugal^(*)

Fortunata Piselli

*Universidade de Nápoles Federico II
Departamento de Sociologia Gino Germani*

Resumo. Este artigo, baseado nos resultados de investigação efectuada ao longo de vários anos, pretende contribuir para a análise das dinâmicas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho em dois contextos específicos: num grupo de aldeias da Calábria representativas da região e num conjunto de aldeias portuguesas representativas da zona rural do concelho de Coimbra. Acompanhar-se-à a evolução desses processos nos últimos vinte anos a fim de observar de que forma, nos diferentes casos, as tendências "endógenas" acabaram por se relacionar, interagindo com transformações profundas e rápidas da vida social e política. Procura-se analisar, numa perspectiva comparada, quer os aspectos e as tendências comuns dos diferentes contextos quer as especificidades das várias situações.

Palavras chave: discriminação das mulheres; discriminação profissional; mão-de-obra feminina.

Summary. Based on the results of a research work of several years, this article intends to provide an accurate and detailed analysis of the dynamics of women discrimination in the labour market in two different contexts: a set of rural villages in Calabria and a set of rural villages in the region of Coimbra. The analysis covers the last twenty years and tries to detect the way the "endogenous" tendencies, in both cases, eventually interacted with the swift and deep changes brought about in social and political life. Using a compared analysis, the author examines the common features and tendencies of both contexts as well as the specificity of the different cases.

Key Words: women discrimination; job discrimination; female labour.

(*) Tradução de Teresa Lello

A transformação mais significativa que, nas últimas duas décadas, caracterizou a participação das mulheres no mercado de trabalho dos países europeus foi, como é sabido, a inversão da tendência secular de declínio da força de trabalho feminina, com o grande aumento das taxas de actividade feminina (sobretudo em comparação com as da mão-de-obra masculina) em todas as esferas da vida produtiva e profissional.

Contudo, essa tendência não eliminou, mas apenas alterou ou atenuou a divisão do trabalho de acordo com o sexo, isto é, a discriminação (preponderância nalgumas profissões de um sexo em detrimento do outro) e a existência de disparidades salariais sistemáticas.

Este artigo, baseado nos resultados da investigação efectuada durante vários anos na Calábria e em Portugal⁽¹⁾, pretende ser um contributo para a análise das dinâmicas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho em dois contextos específicos: num grupo de aldeias calabresas representativas da região, excluindo áreas urbanas, e num conjunto de aldeias portuguesas representativas da zona rural da concelho de Coimbra. Acompanhar-se-à a evolução desses processos nos últimos vinte anos a fim de observar de que forma, nos diferentes casos, as tendências “endógenas” acabaram por se relacionar, interagindo com transformações profundas e rápidas da vida social e política. Procurar-se-à analisar, numa perspectiva comparada, quer os aspectos e as tendências comuns dos diferentes contextos quer as especificidades das situações em apreço.

Nos últimos vinte anos, registou-se, em ambos os casos, um forte aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho, a par de uma crescente tendência para aí permanecerem depois do casamento e do nascimento dos filhos. As principais causas dessa transformação são o aumento da escolarização, o controlo da natalidade, a modificação das mentalidades e a conseqüente redefinição dos comportamentos femininos e do relacionamento entre os sexos, e o próprio consumismo que gera a necessidade de uma fonte suplementar de rendimento familiar.

Apesar de nos dois casos analisados, as mulheres estarem cada vez mais presentes no mercado de trabalho, continuam a concentrar-se em determinados segmentos do leque laboral, muitas vezes nos escalões mais baixos. No entanto, em Portugal, a taxa de actividade feminina é superior à da Calábria, e as dinâmicas de discriminação no emprego são, por seu lado, mais fracas.

Tentar-se-à, de seguida, identificar as características estruturais dessas diferenças, partindo da análise da condição da mulher trabalhadora da Calábria entre os finais dos anos 60 e o início dos anos 70. A taxa de actividade das mulheres era inferior à dos homens e a divisão da estrutura sectorial do trabalho, com base nos sexos, era muito acentuada. Os dados estatísticos geralmente subestimavam qualquer dos dois fenómenos referidos, ou seja, a taxa de actividade das mulheres era, na realidade, ainda mais baixa do que a indicada nos números

oficiais e a taxa de disparidade entre o emprego feminino e masculino era muito maior. Os homens estavam presentes, em percentagens praticamente iguais, nos três sectores da actividade económica (agricultura, indústria — sobretudo na construção civil e nas obras públicas — e terciário). As mulheres, pelo contrário, concentravam a actividade extradoméstica apenas em determinados sectores e nos escalões mais baixos da hierarquia do emprego: as mulheres, que não tinham habilitações literárias, trabalhavam sobretudo na agricultura, em menor número, no sector privado como empregadas domésticas e, numa percentagem mínima, em actividades independentes e no comércio. As que tinham um diploma trabalhavam nos serviços ou no ensino.

Na agricultura vigorava uma nítida divisão das funções, de acordo com o sexo: exceptuando um pequeno número de agricultoras directas, as mulheres ocupavam-se sobretudo do trabalho das colheitas (apanha da azeitona, do tomate, da cebola, etc.); nos armazéns de citrinos, na Piana di Gioia Tauro, limitavam-se a efectuar a triagem. Como se vê, tratava-se sobretudo de trabalhos sazonais, nos escalões mais baixos dos diferentes sectores, em condições extremamente “gravosas”, onde a violação das regras contratuais locais ou nacionais mais se sentia. Por exemplo, no início dos anos 70, as mulheres que trabalhavam na apanha da azeitona, para além das despesas de transporte (de 250 a 300 liras), recebiam entre 1500 e 1800 liras, embora o montante contratual fosse 3200.

As mulheres estavam inscritas nos registos gerais dos trabalhadores agrícolas na categoria de eventuais e temporários (as categorias com menor número de dias de trabalho) e nunca nas categorias de efectivos e permanentes, onde só figuravam homens.

Nas actividades independentes, as mulheres também se concentravam em profissões específicas: costureira, calceira, etc. No ramo comercial, as mulheres colaboravam com os maridos, permanente ou esporadicamente, e raras vezes geriam um negócio por conta própria. Na função pública ou no ensino, as mulheres estavam sobretudo presentes nos escalões mais baixos da hierarquia do emprego: contínuas, mas não funcionárias administrativas; educadoras infantis ou professoras do ensino primário e secundário, mas não do ensino superior (com um elevado número de desempregadas). Determinantes para a limitação da participação das mulheres no mercado de trabalho e para a definição dos modelos de discriminação no emprego eram os condicionamentos culturais. Nessas circunstâncias — nas relações sociais que durante séculos caracterizaram a vida económica do *Mezzogiorno* — estava ainda bem enraizada a ideia de que o trabalho manual é símbolo, sinal e marca de escravidão, que o trabalho é, não só marca dos estratos sociais mais baixos, como também sinal de exploração do sexo feminino. De todos os trabalhos, os mais desprezados eram os de trabalhadora agrícola e de empregada doméstica que, mais do que quaisquer outros criavam situações de verdadeira dependência económica e pessoal. O tabu do trabalho

produtivo e o valor de *status symbol* atribuído à abstenção de trabalho eram noções universalmente aceites que reforçavam o papel doméstico e familiar das mulheres. Considerava-se que a promoção social não se obtinha por meio do exercício de funções cada vez mais qualificadas, mas que era uma consequência possível da abstenção do trabalho.

Assim, acentuavam-se espontaneamente duas tendências:

1) revalorizavam-se os trabalhos extradomésticos femininos que, ou por permitirem que a mulher ficasse em casa (por exemplo, costureira) ou por serem empregos em tempo parcial no sector educativo (professora), prejudicavam menos o papel tradicionalmente atribuído à mulher e recuperavam a identidade do papel doméstico e extradoméstico tradicional das sociedades rurais;

2) as mulheres, logo que podiam, tentavam libertar-se do trabalho manual, e o efeito mais imediato do aumento do nível de vida no *Mezzogiorno* (sobretudo devido às políticas sociais e aos subsídios) era o facto de as mulheres abandonarem o trabalho agrícola e a trabalho assalariado, em geral, ainda considerado coacção, limitativo da liberdade individual e estigma dos estratos mais baixos.

As consequências destas tendências espontâneas foram:

1) um elevado número de reformadas em relação à população total, sendo a maior parte constituída por trabalhadoras agrícolas com uma média etária particularmente baixa;

2) várias discrepâncias entre os dados oficiais e a realidade dos diferentes sectores do emprego. Por exemplo, nas estatísticas oficiais, o número de trabalhadoras agrícolas estava altamente sobrestimado: na prática, pelo menos 1/3 das trabalhadoras agrícolas sazonais deviam ter sido excluídas, dado que não cumpriam os 51 dias de trabalho exigidos para poderem inscrever-se, pelo menos, como trabalhadoras eventuais. Em contrapartida, o número de costureiras era muito mais elevado do que aquele que constava das estatísticas. Em Palmi, por exemplo, os registos oficiais referiam 128 costureiras, mas a realidade andava próxima das 260, cerca de 5% da população activa feminina. A mesma coisa acontecia no ensino: muitos lugares do quadro eram ocupados interinamente por uma substituta anual que, por sua vez, tinha uma substituta mensal, etc.

A falta de perspectivas e de opções de emprego, num contexto de fracos recursos de trabalho, ia acentuando os condicionamentos culturais. Assim, não só o valor da emancipação — ainda que só psicológica — da mão-de-obra feminina era desvalorizado e alvo de forte oposição, como os papéis marginais e subalternos que a tradição atribuía à mulher se reforçavam, diminuindo o número e a importância dos possíveis modelos alternativos de referência.

Veja-se, agora, o panorama de quatro aldeias do concelho de Coimbra, no Portugal salazarista do início dos anos 70: Almalaguês, Antanho, Eiras e Adémia. Trata-se de um contexto completamente diferente do da Calábria, quer

quanto às características históricas e culturais quer quanto às características económicas e sociológicas. A presença da indústria e a expansão urbana tinham modificado profundamente os equilíbrios sócio-económicos relacionados com a economia doméstica. Apenas Almalaguês, apesar da intensificação das relações com a economia urbana (a aldeia dista 12 quilómetros de Coimbra), conservava os circuitos da pequena produção para autoconsumo, caracterizada pelo facto de os produtores directos serem os proprietários dos meios de produção ou, pelo menos, de serem eles a geri-los. As restantes três aldeias (apenas a 5 ou 6 quilómetros de Coimbra) tinham um perfil preponderantemente operário. O trabalho assalariado tinha-se afirmado como forma de emprego dominante para 4/5 dos trabalhadores e como fonte exclusiva de rendimentos para 2/3 dos agregados familiares. Vinte anos antes, tinha-se iniciado um processo de proletarização, decorrente das transformações económicas então em curso, que representava uma ruptura com o sistema económico tradicional.

Também nestas aldeias começava a surgir uma divisão do trabalho, relativamente definida, entre mulheres e homens. No entanto, até num espaço tão restrito como este, havia diferenças entre os modelos de discriminação feminina de Almalaguês, aldeia situada numa encosta em pleno campo, e de Antanho, Adémia e Eiras, aldeias operárias da cintura urbana de Coimbra. Notava-se, também, uma maior flexibilidade relativamente ao modelo rígido de divisão do trabalho entre os sexos existente na Calábria.

Só em Almalaguês surgia um modelo de nítida discriminação das mulheres. Enquanto os homens desempenhavam actividades assalariadas na cidade e, simultaneamente, trabalhavam nos campos, as mulheres cingiam-se à tecelagem em casa, obtendo assim um importante complemento dos rendimento agrícolas e salariais do agregado familiar.

A tecelagem era uma tarefa exclusivamente feminina, transmitida de geração em geração: as tecedeiras constituíam 71,9% da população activa feminina. Até as mulheres que se declaravam domésticas, na verdade, trabalhavam esporadicamente ou tinham outrora trabalhado como tecedeiras. A enorme pulverização da tecelagem no domicílio deve-se às suas características fundamentais: uma baixíssima produtividade e, por consequência, um nível de remuneração quase irrisório. Nestas condições, as tecedeiras viam-se obrigadas a completar os rendimentos do trabalho ao tear com os de outras actividades e, de facto, na maioria dos casos, efectuavam também trabalhos agrícolas. O próprio ritmo sazonal da tecelagem era determinado pelo dos trabalhos do campo: de inverno a tecedeira sentava-se ao tear e nos meses mais suaves trocava-o pelos trabalhos agrícolas.

O trabalho assalariado não absorvia mais do que uma percentagem irrelevante da população feminina activa de Almalaguês: as operárias constituíam apenas 1% e só no grupo etário mais jovem (14-25 anos). É que a fábrica, devido

à distância e à rigidez de horário, não era conciliável com o papel familiar e produtivo da mulher de Almalaguês. Ela podia dedicar-se à tecelagem, contanto que fosse em casa. Se porventura trabalhou durante alguns anos numa fábrica, foi obrigada a abandonar o emprego depois do casamento e nascimento dos filhos. As poucas mulheres que trabalhavam em fábricas eram todas solteiras, o que demonstra que a condição da mulher operária não podia afirmar-se por ser inconciliável com o funcionamento de uma economia doméstica em que a agricultura permanecia a actividade principal.

Observar-se-ão, de seguida, as aldeias mais próximas de Coimbra: Antanhol, Eiras e Adémia. As actividades assalariadas tinham aí um peso crescente relativamente às de autoconsumo: mais de metade da população, de ambos os sexos, trabalhava na indústria ou no sector de serviços em Coimbra. Aí, a economia predominante dos agregados familiares era já de tipo assalariado. Os agregados familiares “proletários”, cuja única fonte de rendimento era o salário, atingiam nestas três aldeias cerca de 60% do total (em Almalaguês não ultrapassavam os 10%). A processo de proletarização não avançava sem obstáculos: o salário era de tal forma exíguo que não podia constituir a única fonte de subsistência. Os trabalhadores faziam todos os esforços para diversificarem a sua actividade para além do emprego na fábrica, começando por tentar manter uma relação com a terra. O objectivo constante dos agregados familiares era garantir um equilíbrio entre os diferentes recursos, e a partir daí estabeleciam a divisão interna das suas funções.

Nas aldeias operárias, a divisão do trabalho entre homens e mulheres articulava-se de forma diversa da de Almalaguês: todos trabalhavam nas fábricas ou nos serviços em Coimbra, mas as mulheres concentravam-se mais em determinados ramos da indústria (por exemplo, nos têxteis) e no sector de serviços, quer públicos quer privados (empregada de balcão, empregada doméstica, cozinheira, etc.), embora sempre nos escalões mais baixos da hierarquia do emprego. As condições do trabalho feminino eram extremamente gravosas: enquanto os homens utilizavam frequentemente bicicleta ou motorizada para se deslocarem, as mulheres viam-se obrigadas a percorrer a pé os 5 a 6 quilómetros que as separavam do emprego, porque os salários, de tão baixos que eram, não lhes permitiam suportar os custos nem dos transportes privados nem públicos. A normas de protecção legal do trabalho feminino, já de si muito escassas, eram frequentemente violadas: a grávida, por exemplo, tinha de trabalhar até ao dia do parto e, embora tivesse direito a um mês de licença a seguir ao parto (em 1973 passou para dois meses), se fosse uma “boa operária” pediam-lhe que retomasse o trabalho na fábrica antes de terminar esse prazo. As disparidades salariais eram muito acentuadas: o operário adulto recebia um salário que variava entre 70 e 90 escudos por dia se desempenhava uma função simples, e entre 90 e 110 se era especializado; um aprendiz recebia cerca de 800 escudos por mês.

As mulheres recebiam um salário diário que variava entre os 58 e 70 escudos e as aprendizas um salário diário entre 16 e 34 escudos (a viagem de autocarro de Antanhoal a Coimbra custava cerca de 14 escudos a ida, e outro tanto a volta).

Nestas condições era muito difícil para as mulheres conciliarem a actividade extradoméstica a tempo inteiro, na cidade, com o papel familiar. Assim, enquanto os homens trabalhavam na cidade durante toda a sua vida activa, as mulheres trabalhavam na fábrica quando eram solteiras, mas depois de casadas e mães deixavam o emprego para se dedicarem às tarefas domésticas e ao trabalho do campo. Os próprios dados estatísticos confirmam essa realidade. O processo de abandono dos trabalhos agrícolas por parte das mulheres não era linear como o dos homens: enquanto a percentagem da mão-de-obra masculina na agricultura diminuía com a idade, a mão-de-obra feminina tendia a substituí-la e a integrá-la. A relação com a terra estava, assim, salvaguardada por meio de uma modificação da divisão do trabalho na família, uma alteração que obrigara as mulheres a intensificarem as actividades agrícolas.

A relação com a terra e o autoconsumo era a principal forma de diversificação dos rendimentos, mas não era a única. Outra estratégia para se obter mais uma fonte de rendimentos era aproveitar as oportunidades de trabalho no domicílio, paralelamente ao emprego estável nas fábricas. Finalmente, uma terceira forma de evitar depender unicamente do salário era exercer uma actividade comercial. Todas estas estratégias de diversificação económica se concretizavam em práticas familiares cuja condição fundamental era a coesão entre os seus membros. Em primeiro lugar, a colaboração entre marido e mulher. Qualquer actividade independente baseava-se sempre na actividade de um ou de outro cônjuge. As actividades desempenhadas pelos homens e pelas mulheres, embora as funções pudessem ser diferentes, eram complementares. A mulher do operário especializado que trabalhava em casa ajudava o marido, dividindo as tarefas. O mesmo acontecia no comércio, nas actividades ambulantes e no transporte de mercadorias que eram efectuados por ambos.

Desenhava-se, assim, uma situação de relativa fluidez e flexibilidade dos papéis produtivos masculinos e femininos, devido sobretudo à necessidade de diversificação económica dos agregados familiares. Os rendimentos provenientes da segurança social, que na Calábria permitiam que as mulheres diminuíssem ou abandonassem determinado tipo de trabalho manual, eram quase totalmente inexistentes (pensões, subsídios de desemprego, etc.).

Observe-se, agora, como se modificaram os modelos de divisão do trabalho entre mulheres e homens, relativamente às transformações ocorridas na Calábria e em Portugal na estrutura social e política.

Na Calábria, nos últimos vinte anos, intensificaram-se os processos de integração regional e nacional (quer no plano cultural quer económico), já significativos no final dos anos 60. Assistiu-se a uma crescente interpenetração

das estruturas sociais locais com as instituições políticas nacionais. A escolarização e a “expansão do urbano” tornaram-se factos primordiais da vida quotidiana. As crescentes transferências de dinheiros públicos (aumento da participação do Estado, desenvolvimento dos mecanismos de transferência da riqueza produzida, etc.) permitiram melhorar as perspectivas de estatuto e de rendimento da população calabresa.

Esses processos influenciaram profundamente a estratificação social e a estrutura profissional, tendo tido como resultado a transformação dos camponeses da Calábria em trabalhadores assalariados ou empregados. O trabalho assalariado difundia-se cada vez mais, substituindo o trabalho autónomo. Posteriormente, enquanto se assistia a um declínio dos trabalhadores agrícolas, aumentava o número daqueles que viviam de ordenados, salários e subsídios. Ao lado da velha classe agrária dominante, extinta ou transformada, surgiu a classe dos novos ricos: dos comerciantes, dos especuladores imobiliários, das profissões liberais, dos gestores dos serviços públicos, etc. A expansão das organizações burocráticas e políticas provocou um aumento bastante rápido do pessoal burocrático e administrativo.

Como é que estes processos foram influenciar as dinâmicas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho?

Também na Calábria, e em sintonia com a evolução nacional, as estatísticas registaram um aumento da taxa de actividade feminina nos últimos vinte anos. E, no entanto, embora as mulheres estejam presentes em maior número no mercado de trabalho, continuam a concentrar-se em determinados segmentos: agricultura, função pública, ensino, com uma presença mais significativa sobretudo nos serviços administrativos quer públicos quer privados, isto é, essencialmente no terciário.

Em alguns destes sectores vigora ainda uma nítida divisão sexual das tarefas: na agricultura as mulheres continuam a concentrar-se nos trabalhos das colheitas, precários e sazonais. Estão principalmente presentes nas áreas do “mercado paralelo” dominadas por capatazes, onde são mais graves os abusos e as violações dos contratos de trabalho em matéria salarial.

Noutros sectores laborais, pelo contrário, a divisão sexual do emprego esbateu-se. As práticas clientelistas de apropriação dos recursos de trabalho favoreceram a “des-segregação” em muitos empregos e profissões. Todos os estratos sociais, e tanto homens como mulheres, foram levados a procurar, a todo o custo, uma posição, lucros e subsistência numa relação mais estreita com o Estado. Pensões, subsídios, empregos na administração pública, do mais baixo ao mais alto nível, tudo isto — e ainda outros benefícios — se tornou objecto de lutas entre pessoas e grupos de parentes e clientes (independentemente da variável sexo) que se travaram mais na arena das instituições do Estado do que no mercado.

As práticas clientelistas da contratação, por um lado, abriram novos espaços à presença da mulher no mercado de trabalho, mas por outro, reforçaram as condicionantes culturais e algumas das tendências espontâneas atrás apontadas. Continuaram a projectar, mesmo nas novas formas de integração na produção, verdadeiros tabus, conseguindo que os modelos éticos e de comportamento característicos de outras situações históricas conservassem, de forma incrivelmente intacta, muita da sua força normativa: o tabú do trabalho manual e o valor do *status symbol* da abstenção de trabalho parecem existir ainda universalmente.

O que acontece é que:

1) As mulheres, como antigamente, ou de forma ainda mais acentuada, procuram libertar-se do trabalho manual logo que lhes seja possível. Pretendem obter uma forma qualquer de subsídio da segurança social, especialmente uma reforma. Mais de 60% dos trabalhadores agrícolas inscritos nos registos oficiais são mulheres, mas mais de metade devia ser excluída já que, na prática, quase nenhuma trabalha os 51 dias exigidos para poder inscrever-se, pelo menos, como trabalhadora ocasional. Esta tendência, de resto, também se afirmou no caso do trabalho feminino independente, mas aqui no sentido inverso do que atrás se referiu: as mulheres oficialmente inscritas são muito mais numerosas do que aquelas que efectivamente trabalham por conta própria. O clientelismo da assistência social também se difundiu neste sector e agora que as transformações da estrutura produtiva e redistributiva tornaram obsoletas muitas actividades independentes (costureira, por exemplo), a inscrição como trabalhadora por conta própria é também procurada enquanto meio para obter um “subsídio” e sobretudo uma reforma. Como resultado de tudo isto, o número total de reformadas é mais elevado do que anteriormente, mantendo-se a média etária ainda particularmente baixa.

2) As mulheres têm tendência a orientar as suas “preferências” para actividades nos serviços e no sector educativo, que prejudicam menos o papel tradicional das mulheres e recuperam a identidade das funções domésticas e extradomésticas atrás sublinhada. O clientelismo na contratação, com desrespeito pelo profissionalismo, transforma as instituições públicas e alarga os domínios de reprodução social aos próprios aparelhos de Estado (com fenómenos de absentismo, ineficiência crónica dos serviços sociais e de saúde, etc.). Em conclusão, a redistribuição territorial dos recursos financeiros do Estado, em geral, e da função pública, em particular, bem como as políticas de *welfare* reforçam determinadas tendências espontâneas que favorecem as dinâmicas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho; retomam a separação dos papéis produtivos masculinos e femininos, com uma hierarquização das competências e das áreas de autonomia de cada um; reforçam um modelo familiar com papéis diferenciados, em que os cônjuges dividem as tarefas através de uma separação nítida das funções e das esferas de relações.

Analise-se, agora, o caso das aldeias portuguesas, para observar de que forma as “rupturas” do 25 de Abril de 1974 — que provocaram um profundo processo de transformação política e social no país — afectaram as dinâmicas de discriminação sexual no mundo do trabalho.

Como é sabido, depois das rupturas políticas iniciadas com o 25 de Abril, foi possível estabelecer e aplicar políticas de redistribuição a favor das classes trabalhadoras e das mais desfavorecidas (tanto na esfera da produção, com os aumentos salariais, como na esfera da reprodução, com o alargamento da segurança social, do serviço de saúde, do ensino, com o congelamento das rendas urbanas, etc.). Mas bem depressa — devido à crise económica que o país atravessava decorrente da conjuntura interna e internacional — surgiu uma inversão dessa tendência que anulou ou redimensionou sistematicamente as conquistas obtidas: iniciou-se um processo de desvalorização da força de trabalho (devido à inflação, aos salários em atraso, aos contratos a prazo, etc.) e um processo de desvalorização das condições de reprodução social tutelada pelo Estado (com a degradação da segurança social, a deterioração do serviço público de saúde, o aumento do défice de habitações, etc.)⁽²⁾.

Contudo, apesar de a revolução, enquanto tal, ter falhado, as transformações a que deu lugar — sobretudo o aumento das possibilidades de escolha e de novos percursos sociais — tornaram-se uma realidade, embora contraditória, num quadro democrático e através de formas de democracia política. A abertura política propiciou uma organização diferente da vida económica (o que não está necessariamente relacionado com progresso económico) que permitiu que população obtivesse um maior bem-estar. Atente-se, agora, nas referidas quatro aldeias. A via para melhorar as condições económicas consistiu na diversificação das actividades e das fontes de rendimento. Os habitantes de Almalaguês foram-se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho urbano, sem diminuir, mas aumentando até, as actividades de autoconsumo. Os habitantes de Antanol, Eiras e Adémia, embora continuassem a trabalhar por um salário, aproveitaram todos os novos canais de acesso às actividades independentes e de autoconsumo. Ocorre, então, um processo de desproletarização — através da diversificação das actividades económicas e de um peso crescente das actividades de autoconsumo — que está na base dos êxitos alcançados e que favoreceu a consolidação de uma maior prosperidade geral dessas populações.

De que modo é que tais processos influenciaram a determinação dos comportamentos sociais e, em particular, a diferenciação de género no mundo do trabalho?

Em primeiro lugar, não só nas aldeias como em todo o país, assiste-se a uma presença feminina mais acentuada no mercado de trabalho: há um aumento da percentagem de mulheres no total da população activa e um aumento da percentagem das que desenvolvem uma actividade dependente.

Só em Almalaguês é que se encontra ainda claramente um modelo de divisão sexual do trabalho, embora menos acentuado do que no período anterior. Enquanto os homens se inseriram em número crescente no mercado de trabalho urbano, as mulheres continuaram a dedicar-se à tecelagem no domicílio, aos trabalhos domésticos e agrícolas. A mobilidade externa que levou para a produção centralizada quase 80% da população activa masculina afectou, de facto, em menor escala as mulheres (sobretudo as solteiras) que continuavam a desenvolver os seus papéis produtivos dentro das fronteiras domésticas. As tecedeiras constituem, agora, cerca de 64,2% da população activa feminina, o que representa uma pequena redução relativamente aos 71,9% do período anterior. A mulher continua a representar o elo de ligação entre o ciclo industrial e o ciclo agrícola, exprime a continuidade da família enquanto unidade de trabalho.

Nas aldeias operárias, pelo contrário, a presença feminina no mercado externo e a tendência para a dessegregação profissional é muito mais evidente. É um facto que as mulheres continuam, ainda, a concentrar-se em determinados segmentos do mercado de trabalho e, muitas vezes, nos escalões menos qualificados. Estão presentes em muito maior proporção do que os homens nos serviços domésticos privados e públicos, onde frequentemente não usufruem de nenhum sistema de segurança social e onde é normal a violação maciça e impune da legislação laboral (embora depois de 25 de Abril tenham sido eliminadas as formas de discriminação directa das mulheres no trabalho, as disparidades salariais persistem, principalmente devido à acentuada presença das mulheres nas actividades de baixa remuneração).

Contudo, no tocante às situações que anteriormente se verificavam, nota-se uma autêntica e efectiva inversão das tendências: à medida que a presença masculina no mercado de trabalho urbano vai diminuindo, assiste-se ao aumento da presença feminina em todos os sectores produtivos e nos serviços, com níveis de participação “externa” que tendem a aproximar-se dos níveis masculinos. Além disso, aumentou igualmente o número de mulheres nos níveis mais elevados do mundo do trabalho. A instrução foi o elemento fundamental que veio permitir que as mulheres estabelecessem, também, estratégias mais complexas de mobilidade profissional.

Mas além da “abertura” para o mercado externo, foi sobretudo a intensificação das políticas de diversificação económica levadas a cabo depois de 25 de Abril que permitiu uma maior flexibilidade dos papéis produtivos e um enfraquecimento do modelo de discriminação das mulheres.

Todas as estratégias de diversificação económica, quer no sentido do autoconsumo quer no sentido da iniciativa privada no comércio e na indústria, implicavam uma transformação da divisão do trabalho do agregado familiar, uma constante redefinição e adaptação dos papéis familiares às novas exigências produtivas. É possível salientar algumas linhas estratégicas de comportamento

que, também neste campo, parecem inverter ou, pelo menos, contrariar as tendências que anteriormente se tinham afirmado. Veja-se um exemplo: a força de trabalho feminina tendia, como se viu, a substituir ou a intergrar a força de trabalho masculina na agricultura, tal como o abandono não linear da agricultura por parte das mulheres deixa supor. Hoje, as mulheres estão presentes em número crescente no mercado de trabalho urbano, e não é necessário que renunciem à actividade extradoméstica para se dedicarem mais à agricultura. Foram sobretudo os homens que aumentaram a actividade agrícola: não só têm mais tempo disponível (redução do horário de trabalho, sábado livre, férias, etc.), como também a terra, devido à utilização de meios mecânicos e a uma maior eficiência produtiva, rende mais e requer menos mão-de-obra.

A maior complexidade económica do agregado familiar apoia-se na flexibilidade e interdependência dos papéis produtivos dos seus elementos, num sistema integrado de actividades que vincula também a geração mais jovem. Tal como antigamente, a unidade do agregado familiar, especialmente a colaboração entre marido e mulher, continua a ser a base das estratégias de resistência à dependência exclusiva do salário. As iniciativas e as actividades, que cada um parece levar a cabo individualmente, interligam-se de várias formas, apoiando-se e condicionando-se umas às outras. A crescente diversificação da produção reforça, assim, a tendência da família para organizar as funções produtivas dos seus elementos — especialmente as dos cônjuges — de forma intermutável⁽³⁾.

Caso se pretenda, agora, tentar delinear um modelo possível de interpretação dos comportamentos sociais e da divisão das funções dentro do agregado familiar das aldeias em análise, vê-se que não só podem variar muito em pouco tempo, como também variam entre localidades de reduzida dimensão. O mecanismo de gestão da família ou se articula com uma divisão das tarefas através de uma separação nítida das funções e das esferas de relação (Almalaguês), ou se apoia na flexibilidade, fluidez e intermutabilidade das funções profissionais e relacionais dos seus elementos (Antanhol, Eiras, Adémia). Trata-se de uma situação de grande fluidez em que as tendências para a separação das funções se alteram e se invertem numa fase seguinte, passando de imediato a delinear novas articulações da colocação de homens e mulheres na divisão do trabalho e dos espaços que a estruturam, com base nas exigências produtivas da família.

Que conclusões podem tirar-se da análise desenvolvida? Há duas áreas periféricas que apresentam resultados diferentes no quanto ao tema analisado⁽⁴⁾. Esse facto fica a dever-se quer às especificidades do processo histórico e cultural de cada uma das sociedades, quer às suas diferentes posições estruturais.

Na Calábria, tal como em Portugal, existe uma acentuada discrepância/descoincidência entre a produção capitalista e a reprodução social. Isto é, as práticas sociais do consumo deixam supor, em ambas as situações, um modo de

reprodução social bastante superior ou mais avançado do que aquele que legitimamente poderia deduzir-se das relações de produção. Em Portugal isto deve-se à presença de rendimentos complementares (agricultura para autoconsumo, actividades informais, etc.)⁽⁵⁾, na Calábria, às políticas de transferência de riqueza nacional.

Nas aldeias portuguesas, o aumento generalizado de bem-estar ficou a dever-se às estratégias de diversificação económica, que nada têm a ver com aumentos salariais ou políticas de expansão do Estado social (políticas de *welfare*).

Na Calábria, as expectativas de *status* e de rendimento da população foram satisfeitas por meio de políticas de transferências dos recursos públicos através dos canais informais do clientelismo político. A Calábria, parte de um Estado que conta dentro das suas fronteiras grandes e importantes regiões “centrais”, pôde reivindicar os seus próprios direitos sobre os recursos económicos controlados pelas regiões centrais⁽⁶⁾.

Mas na Calábria, as práticas clientelistas de transferência dos recursos públicos descuraram uma relação antagónica relativamente às estruturas sociais e valores dominantes, e acabaram por reflectir e reforçar as tendências espontâneas existentes, sem obterem nenhum resultado significativo nos modelos pré-existent de participação das mulheres no mundo do trabalho. Assim, favoreceram a rigidez dos modelos de discriminação das mulheres no emprego, uma discriminação muito mais acentuada do que no contexto português onde — devido à posição estrutural semiperiférica de Portugal na economia mundial capitalista — foi impossível induzir as mesmas medidas redistributivas.

Os resultados desta análise apelam, ostensivamente, para problemas de outra ordem, perante os quais as armas teóricas disponíveis, para além de serem insuficientes, exigem uma reconversão profunda. Sem qualquer pretensão de sistematização, refiram-se alguns desses problemas: a natureza “situacional” das condicionantes materiais e biológicas, bem como as pressões normativo-ideológicas sobre os processos de discriminação entre os sexos no trabalho; as interações entre decisões “centrais” e estímulos da periferia nos percursos femininos e na estrutura das “preferências” das mulheres no mundo do trabalho; o clientelismo como veículo de modernização interna e as mulheres enquanto eventuais portadoras de estratégias inovadoras ao favorecerem a expansão e a generalização da confiança dos contextos interpessoais aos contextos impessoais ou institucionais e sistémicos; a crise do paradigma do progresso e da concepção unidimensional da mundança e o aparecimento de uma pluralidade de modelos que desenham novas articulações entre os géneros e entre as posições ocupadas por homens e mulheres na divisão do trabalho; as disparidades e ambiguidades dos conceitos de “diferença” e “igualdade” das mulheres quando se concretizam e se especificam nos diferentes momentos e contextos da interacção social.

Notas

- (1) F. Piselli, *La donna che lavora*, Bari, De Donato, 1976; *idem*, *Parentela ed emigrazione*, Turim, Einaudi, 1981; *idem*, *Medio Occidente*, Veneza, Marsilio, 1991; e, em colaboração com G. Arrighi, *Parentela, clientela e comunità*, in *Storia d'Italia. Le Regioni dall'Unità a oggi. La Calabria*, eds. P. Bevilacqua e A. Placanica, Turim, Einaudi, 1985, p. 364-492.
- (2) O autor que analisou de forma mais lúcida e sistemática esses processos foi Boaventura de Sousa Santos, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, vol. XXI, nº 87-89, 1985, p. 869-901; *idem*, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990. Para uma análise completa da transformação social e política em Portugal nos dez anos posteriores à revolução de Abril de 1974, ver *Portugal 1974--1984. Dez anos de transformação social*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15-16-17, Maio 1985 e nº 18-19-20, Fevereiro 1986.
- (3) Os resultados desta análise são confirmados por alguns estudos recentes sobre os modelos de discriminação das mulheres no emprego efectuados numa perspectiva macro-sociológica. Veja-se, V. Ferreira, *Padrões de segregação das mulheres no emprego. Uma análise do caso português no quadro europeu*, comunicação apresentada no 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5-7 Fevereiro, 1992.
- (4) O quadro teórico de referência é o da *world-economy*. Da ampla bibliografia sobre este tema, remete-se aqui para os principais textos de I. Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press, 1976; *idem*, *The Politics of the World-Economy*, Cambridge University Press, 1984; *idem*, *Il capitalismo storico*, Turim, Einaudi, 1985. Sobre a posição de Portugal no sistema mundial, veja-se B. de Sousa Santos, "Estado e sociedade na periferia do sistema mundial: o caso português", op. cit.; *idem*, "State, Wage Relations and Social Welfare in the Semiperiphery: The case of Portugal", *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 23, Janeiro 1991.
- (5) Sobre a forte presença e persistência da pequena exploração agrícola, a articulação entre agricultura e indústria e o papel fundamental da agricultura na economia familiar, veja-se J. Reis, "A pequena agricultura e o desenvolvimento económico: modos de inserção da agricultura na economia portuguesa", in *Modernização da Economia Portuguesa*, Lisboa, APEC, 1984; *idem*, "Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15-16-17, 1985, p. 225 e ss; P. Hespanha, "Posse da terra e reprodução da força de trabalho. O caso do Baixo Mondego", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, 1987, p. 145 e ss.; P. Hespanha e J. Reis, *O desenvolvimento do Baixo Mondego: economias regionais e intervenção do Estado*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1988.
- (6) Veja-se G. Arrighi e F. Piselli, "Capitalist Development in Hostile Environments: Feuds, Class Struggles, and Migrations in a Peripheral Region of Southern Italy", in *Review*, nº 4, primavera 1987, p. 649-751.